

# A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi <sup>1</sup>

## Abstract

---

*This article consists on a study of the State Army of Minas Gerais between the years of 1889 and 1930. It's main purpose is to make clear the participation of this Army in some special events, like the Itteutenamt's movement and the revolution of 1930 in Brazil. A special focus was given to the structural organization of this Army, comparing it to the other ones in Brazil.*

**Key Words:** Army-Minas Gerais - Regionalism

---

## Resumo

---

*Este artigo consiste no estudo da Força Pública de Minas Gerais durante a Primeira República. Seu objetivo principal consiste em enfatizar a ação em alguns eventos importantes do período, como o Movimento Tenentista e na Revolução de 30. Enfoca-se com certa prioridade a estrutura organizacional da Força, buscando compará-la com as demais Forças Públicas do país.*

**Palavra Chave:** Exército-Minas Gerais - Regionalismo

---

Não obstante valiosas contribuições recentes, o estudo da corporação militar e de sua ação política no Brasil necessita ser bastante complementado com inúmeras outras pesquisas, não só em função da significativa abrangência do tema, como principalmente, de sua importância, sem o quê, a Historiografia Política do Brasil permanecerá com numerosas lacunas. Não se pode entender a História Política Brasileira sem levar-se em conta um de seus principais atores, os militares.

Tal observação se agrava quando nos debruçamos sobre a Historiografia Mineira. Não nos cabe aqui apontar as diversas lacunas existentes e/ou necessárias revisões historiográficas que precisam ser feitas sobre diversos temas ligados a História de Minas Gerais, mas simplesmente apontar para o fato de que inexistente qualquer trabalho de cunho acadêmico sobre a Força Pública Estadual, mesmo nos momentos em que ela desempenhou papel de grande importância.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da UFJF e Doutoranda em História Social na UFRJ

Os trabalhos existentes, citados em sua maioria no decorrer deste ensaio, se reduzem a narrativas extensas de feitos heróicos dos militares mineiros, omitindo derrotas e fracassos e enaltecendo lideranças que atuaram em favor da manutenção das elites no poder, através de narrativas exaustivas de combates militares. São raros os momentos em que o contexto histórico em que se desenrolaram os acontecimentos narrados é levado em conta, reproduzindo modelos de uma historiografia positivista já por demais conhecida de todos nós. Ao mesmo tempo, esses trabalhos se constituem em relatos pessoais de experiências dos próprios militares, publicados pela Imprensa Oficial do Estado, com o objetivo de serem divulgados no interior da própria corporação, visando sedimentar o *necessário controle ideológico* dos militares mineiros.

O estudo da Primeira República em Minas é farto de contribuições que fogem às limitações anteriormente apontadas. São inúmeros os trabalhos de qualidade já apresentados ao meio acadêmico, o que nos possibilita hoje, enfocar um aspecto específico da História Regional Mineira, levando-se em conta sua inserção nos quadros político, econômico e cultural do período, previamente delimitados por outros pesquisadores<sup>2</sup>.

Pretendemos pois com este trabalho, fazer um estudo da Força Pública de Minas na Primeira República, destacando com prioridade, a participação da corporação na década de 20 deste século, por ter sido este período o de maior intensidade na ação dos militares mineiros no contexto político nacional.

Muito embora as fontes secundárias sobre o tema sejam não só escassas como deficitárias, as fontes primárias são abundantes. Como os limites desta pesquisa eram pequenos, nos dedicamos à consulta dos boletins da Força Pública a que tivemos acesso e da documentação relativa à Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, tendo esta última, muito pouco contribuído no atendimento as nossas questões.<sup>3</sup>

2 Em trabalho recente por nós publicado, realçamos uma divisão da Historiografia Política Mineira em três fases com seus respectivos representantes, a saber: produções da historiografia tradicional até a primeira metade deste século, a renovação historiográfica a partir das décadas de 50 e 60 deste século e a historiografia recente (a partir da década de 80). Para maiores dados ver: VISCARDI, C. M.R., *Elites políticas em Minas Gerais: entre a conciliação e a mudança (1870/1924)*. In: *Anais do IX Encontro Regional da Anpuh de MG*, Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

3 Os boletins nós os encontramos totalmente desorganizados na sede do Segundo Batalhão de Infantaria de Juiz de Fora. Em função do volumoso trabalho prévio de organização para posterior coleta de dados, e tendo em vista nossos objetivos prioritários com esta pesquisa, consultamos 3490 boletins de 1921 a 1930 do Estado de Minas e os de 1928 a 1930 da cidade de Juiz de Fora. A documentação sobre a Secretaria de Segurança Pública se encontra organizada no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte - MG. Tivemos notícias de que existe um arquivo geral da Polícia Militar em Belo Horizonte, ao qual não tivemos acesso, mas que se constitui em valioso subsídio para futuros e necessários aprofundamentos sobre o tema.

Como já é sabido, existem três interpretações que orientam as pesquisas sobre os militares no Brasil: a concepção instrumental, a abordagem institucional-organizacional e a concepção interativa.

A concepção instrumental<sup>4</sup> se caracteriza por explicar a ação militar como um resultado da situação de classe. Por serem provenientes das camadas médias e não tendo uma ideologia própria, os militares cederiam às pressões das classes dominantes. Assim sendo, a corporação obedeceria a estímulos exteriores à instituição. Sofreriam pressões de grupos sociais na disputa pelo poder do Estado e seriam utilizados como instrumentos desses grupos. Esta concepção focaliza a corporação militar como absorvente das tensões que ocorrem fora de suas fronteiras. As ações militares passariam pois, a ser meros reflexos da realidade que lhe é externa.

A concepção institucional-organizacional<sup>5</sup> se coloca no extremo oposto. Apresenta-nos a corporação militar como autônoma em relação ao contexto histórico em que se insere, tendo padrões próprios de comportamento e agindo segundo suas próprias motivações e interesses. Os acontecimentos externos são filtrados pela lógica interna construída segundo valores da centralização, de hierarquia e de espírito de corpo, fazendo com que os fenômenos militares sejam auto-explicáveis.

A terceira concepção<sup>6</sup> procura juntar os elementos explicativos das duas primeiras. Assim, nem a corporação militar seria mero instrumento de interesses externos, nem seria totalmente autônoma a esses interesses. A corporação seria permeada pelo contexto histórico em que se insere, mas os condicionamentos próprios da corporação influenciariam decisivamente sobre as ações da mesma.

Nosso trabalho terá por base esta terceira concepção, procurando detectar a interação entre os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais do período em foco sobre a corporação militar além de seus condicionamentos internos.

4 SODRÉ, N.W. *História militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. é tido como o criador desta corrente, sucedido por CARONE, E. *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas*. São Paulo: Difel, 1975.

5 Neste campo se colocam os trabalhos de CARVALHO, J.M. *As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador* in: *Cadernos do DCP*, Belo Horizonte: UFMG, 1974., COELHO, E.C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Forense, 1976. e DRUMOND, J.A. A coluna *Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coelho enquadra o trabalho de STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. na primeira concepção.

6 Nesta concepção se enquadram os trabalhos de FORJAZ, M.C.S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, CORRÊA, A.M.M. *A rebelião de 1924 em São Paulo*, São Paulo: Hucitec, 1976 e PRESTES, A.L. *A Coluna Prestes*, São Paulo: Brasiliense, 1990.

## Origens da Força Pública de Minas Gerais

Falar de militares no período colonial requer que se apresente alguns senões. É sabido que os instrumentos de coerção da Coroa se concentravam na Marinha para prevenir as invasões externas. A ordem interna era mantida sobretudo pelos senhores de terra (ou de datas, no caso mineiro), os quais recebiam esta delegação de poderes por parte da Coroa<sup>7</sup>. As primeiras forças auxiliares não possuíam caráter militar, mas de defesa de interesses privados.

Existia igualmente um Exército Real de caráter permanente que formava a Tropa de Primeira Linha, cujos membros eram assalariados. As milícias (ou tropas de Segunda Linha) atuavam como forças auxiliares e eram compostas de civis em tempo parcial, não assalariado. Havia ainda os Corpos de Ordenança (ou tropas de Terceira Linha) compostos por aqueles civis não alistados nas duas anteriores. Estas unidades não recebiam nenhuma remuneração e sua abrangência era municipal.

As origens da Força Pública Mineira remontam ao ano de 1706, quando foram transferidas para a região as citadas forças auxiliares, com a função de viabilizar a exploração aurífera sob monopólio da Coroa. Assim, na Capitania de Minas, estava prevista a indicação pelo Governador de um capitão-mor por localidade, o qual ficaria responsável pelo levantamento de moradores aptos para o serviço militar entre 18 e 60 anos, excluídos mulheres, sacerdotes e magistrados. Já se percebe aqui a intenção de recrutar sobretudo escravos, principalmente os que ainda não estavam vinculados a uma atividade produtiva específica. Isto ainda era possível em um momento em que a exploração aurífera estava em seu início.

A Força seria dividida em dez esquadras, cada uma delas composta por 25 homens e dirigidas por sargentos e cabos nomeados pelo capitão-mor. Seguindo as Ordenações do Reino, em cada formação militar haveria quatro companhias organizadas pelo sistema de terços. Um terço seria formado por dez companhias de cem homens, dirigidas por capitães.

Interessante notar que, esses postos de comando seriam ocupados pelas elites políticas enriquecidas pela exploração aurífera, as

7 Conforme análise de URICOECHEA, F. *Minotauro imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

quais se responsabilizariam pela organização e sustentação das tropas. A oficialidade era composta pelas elites dominantes e as tropas pelos setores subalternos. É sabido que o acesso ao oficialato era feito através de nomeação do governador, com base em listas apresentadas pelo Poder Legislativo. Aos poucos, tais grupos armados se tornaram o exército particular de cada potentado.

Foram se formando à revelia do Reino inúmeras tropas. Muito embora o poder central advertisse o governador da Capitania sobre tal acontecimento, a situação tornava-se incontrolável, pois eram os chefes políticos locais que detinham o poder econômico e político da região.

As formas de recrutamento incluíam o sistema “*pau e corda*”, quando negros eram recrutados à força para o serviço militar. Havia também, em menor número, o recrutamento de homens livres, os chamados “desclassificados”<sup>8</sup>. Os negros ficavam em terços a eles destinados: Terços dos Pardos e dos Negros ou Regimento dos Henriques. Como a população de Minas Gerais era composta por negros e mestiços em uma percentagem de 77.9%, o recrutamento militar recairia necessariamente sobre este setor da população. É interessante frisar que o “desclassificado” foi recrutado na ausência do elemento preferencial, o negro. Quando este se encontrava totalmente imerso nas atividades extrativas, os “desclassificados” iam sendo chamados à prática policial.

Como se pode facilmente perceber, essas tropas eram mal instruídas, mal fardadas e precariamente armadas, estando longe de formar uma corporação militar. Serviam sobretudo como exércitos particulares das elites dominantes, para a manutenção de sua exploração do ouro e de seu controle político regional.

Em 1715 foi criado o Regimento dos Capitães do Mato, mantido com recursos dos proprietários para a captura de negros fugidos. Como recebiam pelo número de apreensões, capturavam todo e qualquer negro que encontrassem, fugidos ou não.

O ano de 1719 é apontado pela historiografia sobre o tema como o ano de criação da Força Pública de Minas, quando se dá a

8 Segundo as análises de SOUZA, L.M. *Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Graal, 1982, eram desclassificados os homens livres que se dedicavam ao garimpo e à faiscagem, cujas atividades mal davam para garantir sua subsistência, ou aqueles que se tornavam vadios e compunham o exército de reserva da escravidão. Segundo a autora, esses indivíduos eram em sua maior parte, mestiços.

organização das Companhias Regulares de Dragões.<sup>9</sup> Vindas de Lisboa, duas delas foram instaladas em Minas com um efetivo total de 104 homens. O objetivo das mesmas era o de patrulhar a ida dos quintos para o Rio de Janeiro e significava uma tentativa da Coroa de exercer seu poder sobre os potentados locais, os quais freqüentemente ameaçavam-na com levantes e igualmente furtavam o ouro. Para se evitar o controle dos chefes locais sobre essas tropas, eram elas mantidas pelo Reino e compostas de brancos (portugueses e outros europeus), armados com o que melhor existia na época. Seria este o primeiro esforço de formação de um Exército Nacional, voltados para o atendimento dos interesses do poder central, em uma tentativa de fragilizar o poder regional.

Muito cedo o número de soldados já se tornava insuficiente para o controle da crescente extração aurífera, levando a Coroa à criação de mais duas companhias com o efetivo de 114 homens e quatro oficiais. Estas companhias passaram a ser regidas por leis militares do Reino e a se organizarem à semelhança do Exército Português. Significavam o braço armado de Portugal em terras mineiras, para garantir a evasão de riquezas para a Metrópole.

Com base no trabalho de Heloísa Fernandes<sup>10</sup>, pode-se pressupor que os motivos responsáveis pela formação das Companhias dos Dragões, além dos já citados, relacionam-se à carência geral de mão-de-obra a ser recrutada entre escravos e livres da região, todos inseridos nas atividades de extração aurífera. Como se sabe, a partir de 1715 a exploração aurífera se intensificou, atingindo seu pico máximo entre os anos de 1733 e 1748. Só uma polícia branca, viabilizada pela importação de mão-de-obra de Portugal, poderia dedicar-se exclusivamente à repressão, uma vez que não se encontrava imersa na principal atividade econômica da Capitania. Percebe-se igualmente que este policiamento foi sempre ineficiente<sup>11</sup>, tornando a região um palco de levantes armados e de sonegação fiscal, para desespero do poder central.

Passaram as antigas tropas a cuidar de patrulhamentos locais, condução de presos e sufocamento de desordens, sobretudo de seus

9 Muito embora a Companhia datasse de 1719, os primeiros quartéis só foram construídos em 1923. Durante este intervalo a população era obrigada a alojar os soldados e seus cavalos.

10 FERNANDES, H.A. força pública no estado de São Paulo, In: FAUSTO, B.(org.) *História geral da civilização brasileira*, São Paulo:Difel, 1977, tomo3, volume 2.

11 Em Minas Gerais no século XVIII a população estimada era de 3.000.000 habitantes, conforme dados de MOURA, A.P. *História da violência em Minas*. Belo Horizonte:edição do autor, 1983. Mesmo que o número de efetivos estivesse no pico, seria insuficiente.

próprios elementos. Não deixariam porém, de cumprir sua função precípua: a de guarda pessoal das elites regionais.

Ao mesmo tempo, foram criados Regimentos Auxiliares e Companhias de Pedestres anexas às Companhias dos Dragões espalhados por todo o território mineiro em esquadras de 15 homens<sup>12</sup>. Com a criação desses regimentos, caíram por terra as Ordenanças e seus Terços, principalmente os de brancos, os quais foram se alistar em outros locais onde os salários eram melhores. Esses Regimentos tornaram-se mais eficientes que as Companhias, pois eram compostos sobretudo de mineiros e complementados com os melhores elementos das Companhias de Ordenanças. As Companhias de Dragões foram finalmente dissolvidas em 1775. Foi criada então a tropa paga da Capitania de Minas com os melhores elementos dos Corpos Auxiliares. Neste mesmo ano, foi instalado em Vila Rica, o Primeiro Regimento Regular de Cavalaria de Linha de Minas, o qual se constituía em tropa paga pelo tesouro real.

Em 1808 passou a denominar-se Regimento de Cavalaria de Linha, o qual contribuía com duas Companhias para formação do Exército do Rio de Janeiro. Este Regimento ficava sempre ausente da Capitania, em lutas no sul do Brasil. Assim, Minas permanecia sem policiamento. A situação agravou-se com as constantes fugas de negros e de índios, que em geral, assaltavam e assassinavam viajantes e incendiavam fazendas. Tais assaltos porém não eram prerrogativas só de escravos fugidos, mas dos próprios guardas, o que demonstrava que sua situação social se enquadrava nos limites da marginalidade, não obstante a remuneração percebida. Em uma região onde a riqueza provinha da extração do ouro, a manutenção de uma força pública mal paga implicaria na busca de rendas alternativas para a sobrevivência em um local onde os víveres eram não só escassos, como muito inflacionados.

Tal situação levou a uma nova tentativa por parte da Coroa de manutenção da ordem, com a criação em 1811, de Corpos Policiais em Vila Rica e Mariana.

Em 1816 estava praticamente desaparecida a primeira Guarda de Polícia que foi substituída por uma Companhia Provisória de Cavalaria anexa ao regimento de Linha e por uma Companhia

---

12 O Corpos Auxiliares de Vila Rica, Rio das Velhas, Serro do Frio e Rio das Mortes datam de 1766.

de Infantaria na qual se reuniam pedestres da demarcação de Diamantina. Esta experiência novamente fracassou. As Guardas ficaram sujeitas ao controle dos líderes políticos locais e formaram bandos de criminosos.

Em 1821 a Junta Provisória criou um Batalhão de Caçadores, anexo ao Regimento de Cavalaria de Linha, restabelecendo o regime policial das Ordenanças com outro nome. Os dois Regimentos formaram o Primeiro Corpo de Cavalaria de Primeira Linha. Com os excedentes deste Corpo, formou-se o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, em 1831.

Naquele momento, o Governo Imperial havia tomado a decisão de extinguir todas as forças paramilitares existentes, reduzindo o Exército ao mínimo, para a criação da Guarda Nacional e das Guardas Municipais Permanentes, as quais deram origem a todas as Forças Públicas Estaduais do país. Assim, foram finalmente extintas as Milícias e Ordenanças com a criação da Guarda Nacional que substituiu os antigos Corpos Auxiliares. Autorizou-se a criação de Guardas Municipais com permanentes voluntários, cabendo aos Governos Provinciais organizá-las, pagando e nomeando seus oficiais. Feijó, pressionado pelo Governo Provincial Mineiro, autorizou o presidente da província a empregar nas Guardas Municipais Permanentes, os oficiais de Primeira Linha. No mesmo ano, as Companhias desmontadas passaram a constituir a primeira Companhia de Permanentes como Tropa de Infantaria.

Segundo análises de Fernandes<sup>13</sup> a proposta de criação das Guardas Municipais se justificou em função do temor causado pela ameaça de abolição da escravatura. Além do mais, as autoridades provinciais não acreditavam na fidelidade das Tropas de Linha. Schulz ressalta que esta preocupação implicou inclusive na expulsão de estrangeiros do Exército brasileiro, destacando que a partir de 1830, muito poucos portugueses entraram para o Exército<sup>14</sup>.

A partir da década de 40 o investimento oficial na repressão se fez sentir através do aumento de gastos, como se percebe na Tabela número 1.

13 FERNANDES, H., *op. cit.*

14 SCHULZ, J. *Exército na política: origens da intervenção militar: 1850/1894*, São Paulo: Edusp, 1994

Tabela Número 1  
 Porcentagem de Despesas em Defesa com Relação ao Total de  
 Despesa Provincial: 1830/1843 na Província de Minas Gerais

Período	%
1830-31	45.14
1842-43	79.79

Fonte: *Uricoechea, Fernando, 1978 (adaptação)*

Como se pode notar houve um crescimento considerável a partir da década de 40. Examinando especificamente as razões que motivaram a Província de Minas Gerais a realizar tal investimento, apontamos para a revolta de 1842, e também, para a iniciativa do Governo da Província, de solapar as forças paramilitares do poder privado dos senhores.

Comparando-se com os investimentos orçamentários a nível nacional é que a situação de Minas se destaca:

Tabela Número 2  
 Porcentagem de Despesas em Defesa com Relação ao Total de  
 Despesa Provincial: 1830/1888 nas Principais Províncias Brasileiras

Período	RJ	RS	SP	MG	CORTE
1830-31	5.53	78.39	-	45.14	34.02
1842-43	7.17	94.76	69.15	79.79	37.45

Fonte: *Uricoechea, Fernando, 1978 (adaptação)*

Como se pode perceber, à exceção do Rio Grande do Sul que vivia no período intensas revoltas, o investimento mineiro era o maior entre as principais províncias. Os baixos percentuais do Rio de Janeiro se devem à existência de gastos incluídos no orçamento da Corte que naturalmente atendiam à Província. Nota-se que, mesmo somados, continuam inferiores aos gastos feitos por Minas Gerais. Como o investimento em defesa visava sobretudo a manutenção da ordem interna, o mais alto índice mineiro pode ser explicado não só pelo fato da Província conviver com revoltas e levantes, como so-

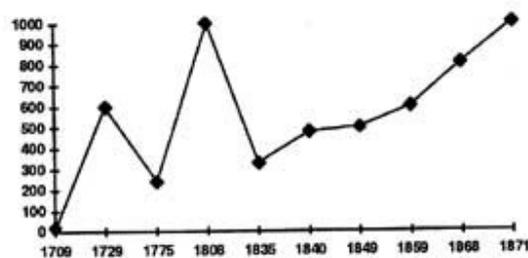
bretudo, por ser dotada do maior número de escravos do país, ligados a sua principal atividade econômica.

A partir de 1850 as mudanças ocorreram rumo à profissionalização dos militares. Schulz<sup>15</sup> destaca um marco ocorrido em 1850, através de uma lei que iniciou o processo de profissionalização dos militares, estabelecendo requisitos mínimos de tempo de serviço e educação para a ascensão na carreira. Destaca que dois acontecimentos foram fundamentais no processo de modernização do Exército: a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República.

Na Província, em termos de investimento e efetivos como se verá mais adiante, as mudanças foram pequenas até o ano de 1881 quando se deu a criação da Guarda Urbana composta de 131 homens. Outra mudança radical, se deu após a abolição, quando os percentuais de investimento se reduziram a 9.92%. Os gastos oficiais com a repressão aos escravos havia terminado.

Quanto ao número de efetivos durante os períodos colonial e imperial, pode-se notar através do gráfico abaixo, as constantes oscilações:

Gráfico Número 01 - Efetivos nos Períodos Colonial e Imperial



Fontes: Construído com informações constantes em toda a bibliografia secundária consultada e listada ao final deste trabalho.<sup>16</sup>

O decréscimo observado entre 1729 e 1775, se deve ao pico da extração aurífera em Minas, a qual absorvia quase a totalidade da mão-de-obra disponível. O crescimento a partir de 1775 relaciona-se

<sup>15</sup> Idem

<sup>16</sup> O número de efetivos de cada período foi obtido em boletins da Força Pública e de dados citados pelas fontes secundárias sobre o tema, listadas ao final deste trabalho.

à Criação da Tropa Paga da Capitania de Minas bancada pelo Tesouro Real, com o objetivo explícito de conter as tropas paramilitares dos líderes políticos locais. O pico de 1808, crescimento generalizado em todo país em função da vinda da família real, só será igualado em 1871. Entre esses dois marcos percebe-se um lento mas progressivo crescimento, atingindo o pico somente ao final do período. As razões para tal quadro estão relacionadas não só ao decréscimo da extração do ouro que dispensava ação policial intensa, como à abolição e à migração de mão-de-obra para as zonas cafeeicultoras do Sul e da Mata mineiros. O fator imigração, apontado por Fernandes na análise do caso paulista, não se enquadra no caso mineiro. Segundo análises recentes, embora Minas tenha recebido colônias de imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães, este número não foi significativo e não implicou em substituição de mão-de-obra escrava, correspondendo em média a 10% do número de imigrantes que foram para São Paulo<sup>17</sup>.

## A força pública no período republicano

### Estrutura e Organização da Força Pública de Minas Gerais no Período Republicano

Um decreto de abril de 1890 criou em Minas Gerais a Guarda Republicana. O efetivo de 1500 homens foi dividido em 4 corpos com três companhias cada. Em 1891, o então presidente de Minas, Cesário Alvim, ampliou para 16 o número de companhias. Os corpos passaram a ser chamados de Batalhões e um quinto batalhão foi acrescentado, com sede na capital.

Esta estrutura conviveu com a presença de uma Guarda Urbana para policiamento do interior. Mas o crescimento das duas organizações foram inversamente proporcionais.

Em 1904 foi criada a Guarda Cívica para policiamento da capital com um efetivo de 100 homens.

A partir de 1911, algumas inovações importantes começaram a ocorrer rumo a uma maior profissionalização da Força. Neste ano foi

<sup>17</sup> OLIVEIRA, M.R. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos de Juiz de Fora: 1854/1920, Niterói: UFF, 1991. dissertação.*

criada a Caixa Beneficente, que serviria de apoio aos militares, funcionando como complementação salarial. As instruções, mesmo que inicialmente precárias, se iniciaram em 1912, sendo que em 1914, houve a permissão para a contratação de instrutores. Neste momento, foi contratado um instrutor suíço chamado Roberto Drexler. Essas instruções duravam de 12 a 15 meses, em uma média de três horas diárias<sup>18</sup>. Além do mais, os métodos de Drexler eram criticados pelo comandante da própria Força Pública, como pelos próprios soldados, os quais o temiam e o hostilizavam.

Neste mesmo ano, foi criada a Guarda Municipal, com um efetivo de 1240 homens para policiamento dos municípios do interior em substituição à Guarda Urbana.

Este período é considerado pelos próprios militares-escritores como o áureo da corporação pelo investimento na instrução, na compra de armas e na melhoria do nível salarial das tropas. No entanto, durou pouco. O governo de Delfim Moreira (1914-1918) introduziu uma série de modificações, na maioria das vezes desagradáveis aos interesses dos militares.

Destaca-se neste período, inúmeros cortes e reduções de gratificações, com a supressão de alguns cargos melhor remunerados. Mas, a mudança de maior importância consistiu em tornar a Força Pública de Minas Gerais uma Força Auxiliar do Exército Nacional, o que implicou em alterações não só nas nomenclaturas da hierarquia (passou a adotar os mesmos nomes do Exército), como nas relações com o Exército, que passaram a ser muito próximas. Os instrutores e comandantes das tropas da Força Mineira poderiam ser requisitados no Ministério da Guerra; os reservistas do Exército poderiam fazer parte do quadro da Força. Esta mudança objetivava sobretudo garantir o apoio armado ao governo federal do mineiro Wenceslau Brás. Uma outra mudança ocorrida foi a total nacionalização das tropas e a centralização do controle de seus efetivos nas mãos do próprio presidente do Estado.

O Governo estadual de Bernardes (1918-1922) implicou em um retorno de investimento na Força Pública que contou com crescimento de efetivos e melhoria de equipamentos, além da concessão de uma série de promoções do oficialato. Investiu-se no treinamento das tropas, com a criação da Escola de Metralhadoras, cujos responsáveis pelo ensino provinham da Força Pública de São Paulo.

---

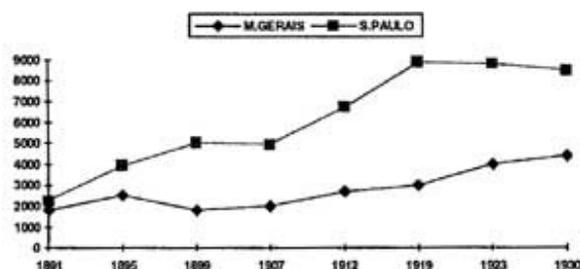
18 Foram tão escassas que de 1921 a 1923 só ocorreram duas vezes em um só efetivo da companhia.

Nota-se que, embora os militares mineiros não tenham participado da repressão ao movimento dos tenentes neste período, houve um investimento de Bernardes, talvez já prevendo ações repressivas futuras, o que ocorreria brevemente. Este investimento ganhou a simpatia da oficialidade, a qual era inclusive apelidada pelos revoltosos da Coluna Prestes de *os esbirros de Bernardes*<sup>19</sup>.

Notava-se uma preocupação de Bernardes em intensificar o treinamento das tropas e de deslocar elementos para o triângulo mineiro, temendo a invasão de rebeldes naquela região. Em abril de 1922 a Força foi acrescida de 1000 homens (Ver Gráfico Número 4) através da criação de um novo batalhão.

Apesar de todo investimento, a situação da Força Pública era bastante deficitária, principalmente quando comparada a de São Paulo, conforme atesta o gráfico abaixo:

Gráfico Número 2  
Comparativo entre os efetivos de São Paulo e Minas Gerais no Período Republicano



Fontes: Para Minas Gerais: mesmas fontes Gráfico 1. Para São Paulo: FERNANDES, Heloisa. *op. cit.*

Em todos os anos do período republicano nota-se uma superioridade absoluta da Força Pública paulista em relação à mineira. Esta superioridade não era só em termos numéricos, mas sobretudo em treinamento e organização. As tropas mineiras costumavam ser treinadas pelas paulistas e nada houve em Minas que se comparasse à vinda da Missão Francesa. Os recursos econômicos de que dispunha São Paulo lhe possibilitaram à formação de um exército próprio, maior que o nacional.

19 ANDRADE, P.R. *Três revoluções: 24/30/32*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1976, volume 1.

Não obstante, segundo o relato do próprio comandante da Força no período, o número de efetivos da Força de Minas era não só insuficiente como sobretudo mal treinado.

*"(...) Ainda por ocasião das últimas arruaças, ocorridas na Capital, com ataques aos bondes e cinemas, não existiam trinta praças prontas, instruídas ou capazes à manutenção da ordem. (...) Nesse momento de incertezas, consultado, informei às altas autoridades do Estado que, infelizmente, não se dispunha sequer de uma companhia mobilizada ou pelo menos apta a agir de modo eficiente. (...) O nosso Estado, por esta ocasião, possuía um efetivo de três mil homens, noventa por cento dos quais, entretanto, sem instrução militar nenhuma. Além disso, faltava-nos, em absoluto, o material necessário...(...)"<sup>20</sup>*

A partir de 1924 todos os investimentos feitos em torno da melhoria da instrução, crescimento de efetivos e compras de equipamentos mais sofisticados estiveram relacionados à participação da Força Pública no combate aos revoltosos da Coluna Prestes e à Revolução de 1930.

### **A participação da Força Pública nos Levantes Tenentistas e na Revolução de 1930**

Raul Soares, já presidente do estado em 1924, colocou à disposição do Ministério da Guerra uma unidade de elite (o Quinto Batalhão de Infantaria) para ajudar na repressão dos revoltosos em São Paulo. Após os investimentos de Bernardes, aparentemente, a Força já estava em melhores condições. Esta unidade era de confiança direta do Presidente. Para auxiliá-la, foi criado o Sexto Batalhão de Infantaria.

Toda a historiografia sobre o tema é unânime em afirmar as intensas dificuldades das tropas do Governo no combate aos rebeldes. Os carros mineiros não tinham iluminação e nem assentos e as estradas não ofereciam condições mínimas de tráfego. Ao mesmo tempo, os rebeldes eram em muito maior número, o que implicou em uma derrota fragorosa da Força Mineira.

Não obstante às melhorias implementadas pelo Governo de Bernardes, as tropas mineiras continuavam mal treinadas e desorganizadas, tendo que recuar para não serem massacradas. Além disso, foram acusadas de saques e pilhagens em São Paulo o que implicou em várias expulsões disciplinares<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> apud ANDRADE, P.R. . op. cit. p. 39-41

<sup>21</sup> Os escritores-militares em muito se esforçaram em comprovar o não envolvimento das tropas mineiras nesses incidentes. Um julgamento ocorrido no seio da própria Força absolveu as tropas e reintegrou os excluídos.

Após as lições de 1924 foram feitos novos investimentos nas tropas. Várias promoções foram concedidas, especialmente a sargentos, provavelmente por temerem que a revolta se espalhasse entre os militares mineiros. As instruções foram intensificadas e a renovação do material bélico implementada.

No ano seguinte foram combater no Mato Grosso os rebeldes da Coluna Prestes, tendo a Força Mineira enviado para lá 1045 homens<sup>22</sup> (com as adesões no caminho, chegaram lá com 1093)<sup>23</sup>. Novamente foram fragorosamente derrotados com vários mortos e feridos<sup>24</sup>. As razões para a derrota foram as mesmas, agravada pelo fato dos militares legalistas não terem uma estratégia e nem infraestrutura organizacional de combate à guerrilha.

Durante o ano de 1926 maiores investimentos foram feitos com algumas modificações na estrutura interna da Força. As tropas mineiras atuaram no combate à Coluna em Minas, Bahia e Pernambuco. As faces da derrota foram as mesmas dos anos anteriores.

A partir de 1929 a Força Pública passou a se abrir discretamente para a entrada de voluntários, mesmo tendo seus quadros completos. Engajaram-se cerca de 1685 voluntários até o início de 1930.

No ano da revolução lá estava a Força Pública Mineira, desta vez lutando contra a legalidade, ou melhor, defendendo a manutenção da ordem (de sua própria ordem, é claro).

*A nossa corporação, a velha Força Pública de Minas, até então ferrenha adversária dos rebeldes, legalista tenaz e disciplinada, longe estava de supor ou de esperar que, dentro de pouco mais de três anos estaria, ela também, formando a vanguarda desta mesma Revolução, ao lado exatamente dos líderes revolucionários que até então viera combatendo com tão decidida denodada disposição<sup>25</sup>.*

O comando da Força Pública de Minas passou para as mãos de Odilon Braga, em função da renúncia de Bias Fortes, o qual havia apoiado o nome de Mello Viana para a sucessão de Antônio Carlos na presidência do Estado de Minas. Mello Viana, preterido por Antônio Carlos, associou-se à *Concentração Conservadora*, em oposição à Aliança Liberal.

22 Segundo dados dos boletins de 1925.

23 Dados de ANDRADE, Paulo R. op. cit.

24 Andrade fala em 10 mortos e 42 feridos.

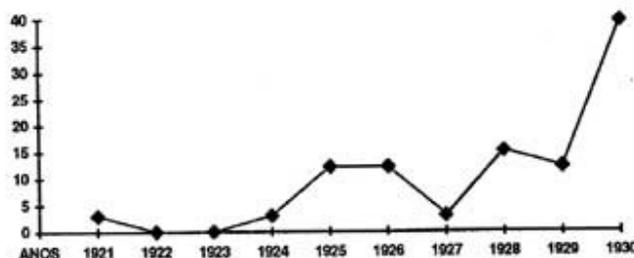
25 ANDRADE, Paulo R. op. cit. p. 216

Dois graves problemas comprometiam a adesão da Força Mineira à revolução: a precariedade dos armamentos e a falta total de munição. Tais problemas porém não impediram sua ação, agora revolucionária, uma vez que estava prevista a chegada de equipamentos importados, os quais, diga-se de passagem, só chegaram ao final da Revolução.

Após o prolapado incidente em Montes Claros<sup>26</sup> e a conseqüente intervenção federal em Minas, a Força Pública recebeu ordens para tomar o quartel das tropas federais. Várias colunas foram formadas no interior do Estado. Desta vez, apesar de suas já naturais debilidades, a Força Pública Mineira saiu vitoriosa.

A análise de um gráfico construído em torno da movimentação das tropas confirma a participação da Força Pública de Minas nos levantes citados:

Gráfico Número 3  
Envio de Tropas para Outras Regiões



Fonte: Boletins da Força Pública de 1921 a 1930

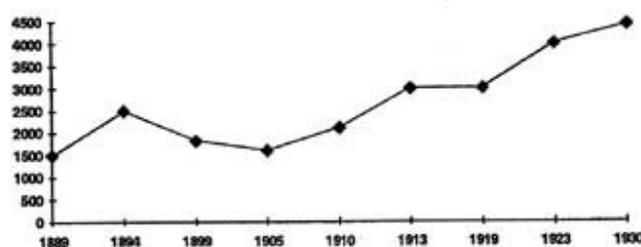
Percebe-se que os deslocamentos de tropas ocorreram sobretudo a partir de 1924, com o envio de tropas para o combate aos rebeldes de São Paulo, e posteriormente aos da Coluna Prestes. O maior pico de envio de tropas foi na Revolução de 1930. Os boletins consultados revelam que em 1921, houve deslocamentos de tropas para reprimir greves pelo interior de Minas Gerais. O mesmo ocorreu em 1924, onde tropas foram enviadas para reprimir greves em Juiz de Fora. Em 1925 houve um deslocamento significativo para combater a Coluna Prestes no Mato Grosso em um total de 1045 homens.

<sup>26</sup> Para uma melhor análise da participação de Minas Gerais na Revolução de 1930 ver FRANCO, A. A. M. *Um estadista na república*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. Afonso A. de M., 1955

## Análise da Estrutura Interna da Força Pública de Minas Gerais

Acompanhando a evolução do número de efetivos da Força Mineira, obtivemos o seguinte gráfico:

Gráfico Número 4  
Evolução dos Efetivos no Período Republicano



Fonte: Dados recolhidos nas fontes secundárias citadas ao final do trabalho<sup>27</sup> e Boletins da Força Pública

Conforme se pode perceber, houve um crescimento contínuo após a Proclamação da República (antes da República o número era de 1000 homens) até 1894, quando se inicia um decréscimo no número de efetivos. Tal decréscimo pode ser explicado pela diminuição da receita do estado em função da estagnação da cafeicultura<sup>28</sup>, responsável por cerca de 80% das receitas estaduais<sup>29</sup>. Aliado a este fator, os Governos Bias Fortes, Silviano Brandão e Francisco Salles se caracterizaram por uma tentativa de sanear as despesas públicas, através do corte de despesas do estado. Foi um período igualmente de relativa pacificação das dissidências internas, o que poderia implicar em uma menor necessidade de investimento na repressão.

Este decréscimo só foi interrompido em 1905, quando novo crescimento progressivo foi detectado. Tal crescimento está relacionado a uma série de fatores. Os de ordem econômica, se associou a um crescimento de preços do café da Mata na ordem de 53% entre as décadas de 1900/1909, em função sobretudo do Convênio de Taubaté.<sup>30</sup> Os de ordem política, à necessidade de um aumento da

27 Mesmas fontes utilizadas para a construção do gráfico número 1

28 Conforme PIRES, A.J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura em Juiz de Fora, 1870/1930*, Niterói: UFF, 1993. Dissertação

29 Conforme dados de BLASENHEIM, P. *A regional history of the Zona da Mata, Minas Gerais, Brazil: 1870/1906*, Stanford, 1982. Tese.

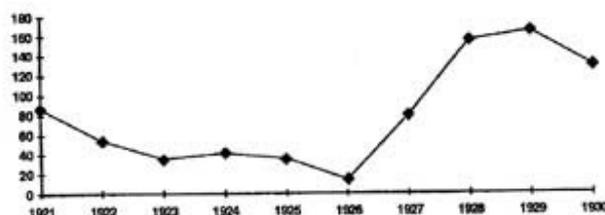
30 PIRES, Anderson J. op. cit.

repressão em função do crescimento do movimento operário e as intensas greves no período<sup>31</sup>.

De 1913 a 1918 o quadro permaneceu mais ou menos estável, o que não confirma as intensas queixas dos escritores-militares quanto à política recessiva de Delfim Moreira. Na verdade, suas mudanças foram no sentido de integrar mais a Força Mineira ao Exército Federal e não realizar cortes intensos no número de efetivos. A partir daí, percebe-se um pequeno decréscimo no ano de 1919, o último, pois os efetivos da Força crescerão até o pico em 1930. Esse crescimento logicamente se deu em função do envolvimento da Força nos diversos momentos revolucionários do período. Paralelamente, as pesquisas demonstram um vertiginoso movimento de expansão da cafeicultura entre os anos de 1921 e 1930<sup>32</sup>.

Este número de efetivos são de origem oficial e não contemplam as deserções. Uma análise das mesmas no período mais conturbado da História Militar de Minas (entre os anos 20 e 30), nos permitirá uma melhor ilustração da situação geral da Força<sup>33</sup>.

Gráfico Número 5  
Evolução do Número de Deserções entre 1921 e 1930



Fonte: *Boletins da Força Pública Mineira entre 1921 e 1930*

O gráfico ilustra com clareza o decréscimo progressivo de deserções até 1926 quando elas se ampliaram em um ritmo significativo, com o pico em 1929. A partir de 1927 as deserções deixaram

31 Sobre o movimento operário no período ver ANDRADE, S.M.V. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas: 1912/1924*. Juiz de Fora: EdUFJF, 1987.

32 PIRES, Anderson J. op. cit.

33 Os gráficos e tabelas que se seguem foram elaborados com base nos boletins da Força Pública. A série que pegamos era quase que totalmente completa. A ausência de alguns foi suprida com dados estimados. Faltaram: mês de agosto de 1927, 42 dias de 1929 e o mês de outubro de 1930.

de ser motivos de exclusão da Força, sendo os desertores apenas punidos. Isto se explica pelas dificuldades pelas quais passou a Força no combate à Coluna Prestes. Suas derrotas naturalmente contribuíam com a evasão de elementos. Existiram adesões aos revoltosos, mas em número pouco significativo<sup>34</sup>. O pico de 1929 está relacionado ao aprofundamento da crise que levaria à revolução de 1930.

A análise do quadro das principais razões que levavam às exclusões ilustra bem a estrutura interna da Força.

Tabela Número 3  
Números e Razões de Exclusão (em anos)

MOTIVOS	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	Total	%
mau compq.	55	94	132	147	94	93	179	153	187	146	1280	5.14
casamento	27	17	11	7	0	1	0	0	0	0	63	2.53
deserção	86	54	35	41	35	14	15	25	30	29	364	14.61
furtos	10	23	13	21	3	2	2	4	0	3	81	3.25
rapto/menor	5	10	20	15	0	3	4	5	1	3	66	2.65
inc.física	18	53	58	53	35	56	19	39	39	44	414	16.62
cond.civil	9	11	12	11	11	14	6	26	5	13	118	4.73
não decl.	4	14	23	22	13	16	3	2	1	6	104	4.17
TOTAL	214	276	304	317	191	199	228	254	263	244	2490	
TOTAL%	8.59	11.08	12.20	12.73	7.67	7.99	9.15	10.20	10.56	9.79	100	100

Fonte: Boletins da Força Pública de 1921 a 1930

A média de exclusões correspondia a cerca de 7% do total alistado. Como se nota pela tabela, a maior parte delas se dava em função de doenças (incapacidade física) e de deserções. O casamento sem comunicação prévia aos superiores era razão de punição. Encontramos a explicação no trabalho de Schulz<sup>35</sup> quando afirma que os casamentos eram desencorajados em função dos baixíssimos salários das tropas que mal davam para sustentar os soldados sozinhos, quanto mais uma família inteira. À medida que a família ia se ampliando, as reivindicações e os desgostos com os salários iam aumentando. A presença de exclusão por inserção na criminalidade totalizam somados 10.63%, (raptos, furtos e condenação civil) o que era um índice proporcionalmente alto, demonstrando a inserção das tropas na marginalidade.

34 Os boletins registram a adesão ao Movimento de 1924 de um soldado, uma em 1927 e outra em 1930. Como se tratam de dados oficiais podem ter sido subestimadas. Como se verá, aconteceram nesses períodos muitas exclusões por mau comportamento. Dentro desta categoria se incluía desde problemas disciplinares até traições de diversos tipos.

35 SCHULZ, John. op. cit.

Nota-se que o ano de 1925 foi o que teve menor índice de exclusões. Pode-se aventar a hipótese de que tal se deu, em função das melhorias decorridas dos investimentos em instrução, salário e armamentos no ano anterior.

Sendo o item incapacitação física o maior responsável pelas baixas, recorremos ao estudo das razões desta incapacitação. Pudemos notar que a maior causa de exclusão por problemas físicos era a sífilis secundada pela fragilidade física, o que comprova nossa asserções anteriores. Sem contar que o alto índice de exclusão por problemas visuais, e mesmo cardiopatias, decorriam em sua maior parte da própria sífilis. Muito embora não nos tenha sido possível detectar o quadro até os anos 30, os relatos das doenças, mesmo em códigos, dão a entender que o quadro de doenças foi mantido até o final do período.

## Conclusão

Do que foi relatado, pode-se concluir que os períodos colonial e imperial foram marcados por uma luta entre duas posições divergentes: a do Governo Central, que tentava a manutenção da ordem com prejuízo da autonomia política dos potentados locais, apelando para a construção de uma força armada de elite semi-profissionalizada, com o objetivo de garantir a extração da riqueza aurífera para Portugal. Para este fim não poupou recursos, importando inclusive, mão-de-obra europeia e armamentos de último tipo. Por outro lado, haviam os potentados locais que apostavam na manutenção de seu poder regional, tentando extrair o máximo dos dividendos do ouro, sonegando impostos à Coroa. Manterão no decorrer dos tempos, exércitos pessoais fortemente armados, recrutados entre a escravaria e os homens-livres da região, sustentados e equipados com recursos próprios.

Concluimos igualmente que, em oposição ao que afirmam os estudos sobre os militares mineiros, a história de nossa Polícia não foi uma sucessão de heroísmos nem de vitórias. Ao contrário, foi uma história de freqüentes derrotas (à exceção da revolução de 30, quando a Força Mineira se juntou a outras), onde o que ficou patente foram as deficiências e fragilidades da corporação. Foi o reduzido número de efetivos, mal armado e mal treinado, recrutado nas camadas dos socialmente marginalizados é que construiu a História da

Força Pública de Minas Gerais que acabamos de acompanhar através deste breve trabalho.

Objetivamos sempre relacionar a dinâmica de funcionamento e organização da Força Mineira ao contexto político, econômico e social de Minas e também do país, destacando que o número de efetivos e de investimentos financeiros na organização da estrutura repressiva, sempre obedeceu a interesses relacionados à estrutura econômica (ouro, café, relação de produção escrava) e também política (levantes e revoluções), não só do estado, como de toda a nação.